Divinópolis, 02 de dezembro de 2025.

REQUERIMENTO Nº CM 1752/2025

Exmo. Senhor Vereador Israel Mendonça
Ilmo. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis
Senhor Presidente,

O Vereador que o presente subscreve requer de Vossa Excelência que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal de Divinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), para que apresente informações oficiais e detalhadas referentes às políticas, procedimentos, registros administrativos e fluxos de atendimento destinados à população em situação de rua, bem como sobre a emissão de passagens intermunicipais pela pasta, conforme segue:

1. Informar o número total de passagens emitidas pela Secretaria, no ano de 2025 destinadas a pessoas em situação de rua, apresentando os dados discriminados mês a mês.
2. Enviar lista nominal com nomes abreviados, contendo: data de chegada ao município; data de emissão da passagem; cidade de destino; motivo do deslocamento; responsável técnico pela autorização.
3. Informar se existe acompanhamento formal e contínuo das pessoas enviadas para outras cidades, incluindo: contato com a política de assistência social da cidade de destino; registro de comunicação entre equipes técnicas; envio de histórico do caso e plano de atendimento; recebimento de retorno confirmando acolhimento e situação atual da pessoa. Solicita-se ainda a remessa de documentos, e-mails, relatórios ou comprovantes de comunicação intermunicipal utilizados nesses processos, quando existentes.

Documento assinado digitalmente - QG2-8VK-5QQ-2XJ
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

4. Esclarecer quantas dessas pessoas possuíam vínculos familiares ou comunitários em outras cidades e como esses vínculos foram comprovados.
5. Informar qual protocolo é utilizado para avaliação da necessidade de deslocamento, indicando se há formulário padronizado ou laudo social para essa decisão.
6. Informar quantas pessoas em situação de rua foram encaminhadas para acolhimento institucional nos últimos 12 meses.
7. Quantas delas possuem cadastro ativo no CREAS, CRAS ou outro serviço da rede?
8. Quantas recebem acompanhamento socioassistencial contínuo?
9. Quantas não retornaram aos serviços após o primeiro atendimento?
10. Quantas saíram do acolhimento por alta social, por desistência ou por violação das regras internas?
11. Informar quantas casas de passagem, abrigos e unidades de acolhimento existem atualmente no município.
12. Nas casas de passagem, abrigos e demais unidades, informar:

a) regras internas vigentes (horários, condutas, itens proibidos, convivência, higiene etc.);
b) como essas regras são comunicadas aos usuários;
c) medidas disciplinares adotadas em caso de descumprimento (advertência verbal, registro em prontuário, suspensão, desligamento, envolvimento de CAPS ou Saúde, acionamento policial);
d) número de desligamentos por violação de regras nos últimos 12 meses, com descrição agregada dos principais motivos.

13. Enviar capacidade de vagas, ocupação média mensal e ocupação atual de cada unidade.
14. Detalhar a forma de gestão das unidades (gestão direta, cogestão, entidades contratadas).
15. Informar se há verbas municipais, estaduais ou federais envolvidas e os valores investidos no ano de 2025.

Documento assinado digitalmente - QG2-8VK-5QQ-2XJ
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

16. Enviar planilha detalhada de gastos de cada serviço, incluindo alimentação, equipe técnica, segurança, manutenção predial, transporte e contratos terceirizados.
17. Informar quantas pessoas foram acolhidas no último ano e quantas tiveram alta com reinserção social.
18. Informar quais programas existem para atendimento a pessoas em situação de rua com dependência de álcool e drogas.
19. Descrever o fluxo de atendimento entre Assistência Social, Saúde e CAPS-AD.
20. Explicar o protocolo de atendimento de idosos em situação de rua, incluindo avaliação de risco, encaminhamentos e responsável técnico.
21. Informar quantos idosos foram atendidos no último ano e quantos permanecem em situação de rua sob acompanhamento técnico.
22. Informar se a Secretaria possui Norma Técnica ou Procedimento Operacional Padrão para decisões de deslocamento e, se houver, enviar cópia.

23. Informar se houve processos administrativos, sindicâncias ou investigações internas sobre transporte irregular de pessoas, mau uso de verbas ou violação de direitos socioassistenciais.

24. Enviar lista de profissionais responsáveis pelos serviços, contendo apenas iniciais ou matrícula, com indicação de formação e carga horária.

Documento assinado digitalmente - QG2-8VK-5QQ-2XJ
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no dever constitucional e legal de fiscalização do Poder Legislativo, especialmente diante da repercussão nacional de supostas práticas atribuídas ao Município de Divinópolis no tratamento dispensado à população em situação de rua, amplamente noticiadas pela imprensa nacional, incluindo veículos de grande alcance. Tal cenário reforça a necessidade de esclarecimento público quanto aos procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS) em relação à emissão de passagens, deslocamento de pessoas para outros municípios e funcionamento dos serviços socioassistenciais.

A transparência acerca desses processos é indispensável para assegurar que as políticas públicas estejam em conformidade com a legislação vigente, com a Política Nacional de Assistência Social, com os direitos socioassistenciais dos usuários e com as normas de proteção da dignidade humana. A ausência de informações claras pode fragilizar o controle social, comprometer a continuidade dos atendimentos, gerar violações de direitos e colocar em risco pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Além disso, práticas como deslocamentos intermunicipais e decisões sobre acolhimento exigem fundamentação técnica, registro adequado, comunicação entre municípios e acompanhamento posterior, evitando que cidadãos sejam submetidos a situações de abandono, desproteção ou ruptura de vínculos comunitários.

Dessa forma, o requerimento busca fortalecer o controle institucional, promover a transparência administrativa e assegurar que o Município adote protocolos claros, humanizados e alinhados às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. O esclarecimento solicitado contribuirá para aprimorar a gestão, qualificar os serviços e proteger os direitos da população em situação de rua, especialmente diante das preocupações publicamente manifestadas pela sociedade civil, pelos órgãos de controle e pela imprensa.

_____

Vereador VITOR COSTA

PT (Partidos dos Trabalhadores)

Documento assinado digitalmente - QG2-8VK-5QQ-2XJ
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 02/12/2025 às 18:36:36

Assinantes

✓ VITOR GONCALVES COSTA

Assinou em 02/12/2025 às 18:37:09 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.350.906-**

Eu, VITOR GONCALVES COSTA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

QG2 **8VK** **5QQ** **2XJ**